

Servidores reforçam mobilização contra a Reforma Administrativa em Brasília

Brasília foi palco, nesta segunda-feira (14), de mais um ato em defesa dos serviços públicos. A mobilização aconteceu em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e reuniu representantes da Condsef/Fenadsef e demais entidades sindicais que representam os servidores públicos das três esferas: federal, estadual e municipal.

O protesto teve como principal objetivo cobrar do Grupo de Trabalho (GT) sobre a Reforma Administrativa uma posição mais equilibrada e democrática na condução dos debates. Até o momento, as audiências promovidas pelo GT foram marcadas pela predominância de discursos favoráveis ao Estado mínimo, com ampla presença de representantes do setor produtivo e de instituições alinhadas à visão liberal de gestão pública.

Em contraste, entidades como a Condsef/Fenadsef, que representam mais de 80% dos servidores do Executivo Federal, sequer tiveram espaço de fala nas audiências públicas. Outras entidades do Executivo, mesmo com menor representatividade, também foram relegadas a participações simbólicas — com tempo de fala limitado a apenas três minutos em uma audiência que tratava do conjunto dos servidores federais.

Esse cenário reforça que não se trata de um debate técnico, mas sim de uma disputa política sobre os rumos do Estado brasileiro. Ou se constrói um Estado capaz de enfrentar desigualdades históricas e garantir direitos, ou se aceita sua transformação em um balcão de negócios, a serviço de interesses privados.

A mobilização permanente tem sido a resposta das entidades sindicais a esse processo excludente. Ao longo das últimas semanas, centenas de sindicalistas e servidores de todo o país têm intensificado ações em Brasília, mostrando força e unidade na luta contra a Reforma Administrativa.

As mobilizações seguem ao longo desta semana. Nesta terça-feira (15), uma plenária virtual reunirá entidades e lideranças para avaliar as ações realizadas, discutir o documento que será apresentado pelo GT e



definir os próximos passos na luta em defesa do serviço público.

As entidades reafirmam seu compromisso com a construção de um Estado estruturado para reduzir desigualdades, combater a concentração de renda e garantir os direitos da população. Não aceitarão reformas que enfraqueçam o serviço público e atacam quem serve ao povo para beneficiar quem vive às custas dele.

NOTA DAS CENTRAIS

EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL E CONTRA
TAXAÇÃO INTERVENCIONISTA DOS EUA



Em defesa da soberania nacional e contra taxa- ção intervencionista dos EUA

Nós, das centrais sindicais brasileiras, representantes de trabalhadoras e trabalhadores de diversos setores da economia, repudiamos o “tarifaço” de 50% sobre as exportações brasileiras, anunciado pelo governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump.

Essa medida intempestiva, que remete à memória sombria da participação dos EUA no golpe 1964, não passa de uma reação hostil às decisões do Supremo Tribunal Federal envolvendo empresas estadunidenses que atuam no Brasil. Trata-se, ainda, de um conluio com o bolsonarismo, que insiste em alimentar polarizações e estimular grupos de extrema-direita a traírem os interesses nacionais.

Alertamos para os impactos devastadores que a sobretaxa pode causar à economia e à classe trabalhadora. Um aumento abrupto de 50% nas tarifas sobre nossas exportações — vindas de um país com o qual mantemos mais de 200 anos de relações comerciais — ameaça diretamente a indústria, o agronegócio e diversos setores produtivos, com risco real de demissões em massa, fechamento de

empresas e agravamento do desemprego. A medida também tende a encarecer o custo da produção, pressionando a inflação e elevando o custo de vida. Há ainda o risco de instabilidade cambial.

Diante desse ataque à nossa soberania, apoiamos a resposta firme e ativa do governo federal, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e saudamos a recente aprovação da Lei da Reciprocidade Econômica. O governo deve utilizar todos os instrumentos legais para proteger nossa economia e o povo brasileiro.

É também necessário exigir a cassação do mandato do deputado federal Eduardo Bolsonaro que, mesmo abrigado no exterior e recebendo salários pagos pela população brasileira, agiu como um verdadeiro agente estrangeiro ao fomentar sanções contra o próprio país. Isso configura crime de lesa-pátria.

Ao mesmo tempo, defendemos que o Brasil preserve e fortaleça suas relações internacionais, buscando uma solução pacífica, multilateral e justa. Confiamos que o governo saberá equilibrar firmeza e diplomacia para impedir a escalada de uma crise provocada pelo autoritarismo de Donald Trump.

Reafirmamos, por fim, nosso compromisso inegociável com a soberania nacional, com a legitimidade das instituições democráticas e com os direitos da classe trabalhadora. O Brasil é dos brasileiros — e somente ao povo, por meio de suas instituições, cabe decidir os rumos do país.

Pela soberania nacional, pela democracia e pelo emprego!

São Paulo, 10 de julho de 2025

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)
Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira de Almeida, secretária geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor